

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 211/2020-PGJ, DE 21.1.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 48ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, Casa da Mulher Brasileira, no período de 7 a 16.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 212/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 12ª Zona Eleitoral, nos dias 21 e 22.1.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 214/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Antenor Ferreira de Rezende Neto	22.4, 11 e 12.8, 22 e 23.9.2018	2, 3, 4, 5 e 6.3.2020
Lenize Martins Lunardi Pedreira	13.10.2019	31.1.2020
	14.10 e 1º.12.2018	27 e 28.2.2020
	2.12.2018 e 2.2.2019	19 e 20.3.2020
	3.2 e 9.3.2019	25 e 26.6.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 215/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 5 (cinco) dias de férias compensatórias, sendo 2 (dois) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2003 e 3 (três) dias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2009 a 6 de janeiro de 2010, a serem usufruídos no período de 27 a 31.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 216/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 2ª Zona Eleitoral, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, conforme o quadro a seguir:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Daniel Pivaro Stadniky	20 e 21.1.2020
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	22 a 24.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 220/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar na Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2020, os Promotores de Justiça abaixo relacionados:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Daniella Costa da Silva	23.1 a 1º.2.2020	4 a 13.5.2020		14 a 23.5.2020
Lenize Martins Lunardi Pedreira	9 a 18.3.2020	15 a 24.6.2020		4 a 13.5.2020
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	27.2 a 17.3.2020			

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 223/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Edival Goulart Quirino	28 e 29.9, 15, 16 e 17.11.2019 e 18.1.2020	10, 11, 27 e 28.2, 15 e 16.6.2020
Marcos André Sant'Ana Cardoso	1º e 2.6.2019	21 e 22.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 224/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 22 a 30.1.2020, as férias do Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 225/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Lia Paim Lima a se ausentar de sua comarca, nos dias 10 e 11.2.2020, para participar do curso “Controle Jurídico do Ciclo Orçamentário”, na Escola Institucional do Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte – MG.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 231/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2000, a ser usufruído no dia 17.6.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 233/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 30 e 31.3, 13 e 14.4 e 1º.5.2019, a serem usufruídos nos dias 20, 21, 22, 23 e 24.1.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 234/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4551/2019-PGJ, de 6.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Leonardo Dumont Palmerston	6 e 7 e 3.8.2019	22 a 24.1.2020

Passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Leonardo Dumont Palmerston	6 e 7.7.2019	23 e 24.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 235/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4674/2019-PGJ, de 16.12.2019, que designou Promotores de Justiça para atuarem perante Promotorias de Justiça, Supervisões e Juizados Especiais, de forma que, onde consta:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PROMOTORIA/SUPERVISÃO/JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Juliana Nonato	Juizado Especial Adjunto da Comarca de Paranaíba	22 a 24.1.2020	Compensação	Leonardo Dumont Palmerston

Passe a constar:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PROMOTORIA/SUPERVISÃO/JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Juliana Nonato	Juizado Especial Adjunto da Comarca de Paranaíba	23 e 24.1.2020	Compensação	Leonardo Dumont Palmerston

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 236/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 19 a 28.12.2018, a ser usufruído no dia 29.4.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 244/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Água Clara, Felipe Almeida Marques, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0002701-09.2019.8.12.0114, em trâmite na comarca de Três Lagoas.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 245/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídos no período de 12 a 21.2.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4121/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 246/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu férias ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Celso Antonio Botelho de Carvalho	7 a 16.1.2020	4 a 13.5.2020		17 a 26.1.2020

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Celso Antonio Botelho de Carvalho	7 a 16.1.2020	11 a 20.5.2020		17 a 26.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 247/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 20 a 27.11.2017, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 248/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 30º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcos Alex Vera de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, nos dias 27 e 28.1.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 219/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar as servidoras Desirée Oliveira da Silveira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, e Emilia Akemi Sakiyama Nakasato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na qualidade de titular e suplente, respectivamente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual de Previdência, CONPREV, no biênio 2020/2021; e revogar a Portaria nº 966/2018-PGJ, de 15.3.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 193/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 100/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/4794/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 194/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 92/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4743/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 195/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 80/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Técnico – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 2.1) Suplente – Murillo Andrade Yazbek, Técnico I; 3) Fiscal Administrativo – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/4351/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 196/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 85/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4694/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 197/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 84/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4610/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 198/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 83/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4611/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 199/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 93/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 2.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração (Processo PGJ/10/4745/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 200/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 99/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/4777/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 201/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 94/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/4791/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 226/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 101/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; e revogar as Portarias nº 3845/2017-PGJ, de 8.11.2017, e 2146/2019, de 19.6.2019 (Processo PGJ/10/2204/2017).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 227/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 77/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3129/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 228/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 76/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3129/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 229/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores e membro do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 62/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal – Luiz Eduardo Lemos de Almeida, Promotor de Justiça; 2.1) Suplente – Leonardo Martins Regis, Assessor Jurídico (Processo PGJ/10/3824/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 230/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestora e fiscais das Atas de Registro de Preços nºs 38/PGJ/2019, 39/PGJ/2019, 40/PGJ/2019, 41/PGJ/2019, 42/PGJ/2019, 43/PGJ/2019, 44/PGJ/2019, 45/PGJ/2019, 46/PGJ/2019, 47/PGJ/2019, 48/PGJ/2019, 49/PGJ/2019, 50/PGJ/2019 e 51/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I; 2) Fiscal Técnico – Heron Jorge Gomes da Silva, Chefe do Núcleo de Atendimento e Suporte; 2.1) Suplente – Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, Chefe da Divisão de Projeto e Serviços de Tecnologia da Informação (Processo PGJ/10/2705/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 237/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 105/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/4075/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 238/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 106/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/4075/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 239/2020-PGJ, DE 22.1.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/4547/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 217/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecilia Soares de Paiva	2017/2018	10 a 19.2.2020	20.3 a 8.4.2020		
Rebeca Murano Borges	2016/2017	3 a 12.3.2020	27.4 a 6.5.2020	21 a 30.10.2020	

Passe a constar:

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecilia Soares de Paiva	2017/2018	20.3 a 8.4.2020			10 a 19.2.2020
Rebeca Murano Borges	2016/2017	3 a 12.2.2020	27.4 a 6.5.2020	21 a 30.10.2020	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 218/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, na parte que concedeu férias ao servidor Fernando da Silva Dellamura, de forma que, onde consta: “Período de conversão – 1º a 12.2.2020”, passe a constar: “Período de conversão – 1º a 10.2.2020”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 213/2020-PGJ, DE 21.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leandro Lima dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 23.1 a 21.2.2020, em razão de férias da servidora Ana Emília Alves Barbosa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 240/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias, e nos dias 30 e 31.1.2020, em razão de afastamento da servidora Cristina Castilho Akatsuka.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 241/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Arquivo-Geral, no período de 3 a 19.2.2020, em razão de férias, e nos dias 20 e 21.2.2020, em razão de licença compensatória referente a feriado forense do titular, Caio Ferreira Campos.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 242/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fábio Maick da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais, CIP, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 12 a 21.2.2020, em razão de férias da servidora Ana Celia Crispim de Araujo Chaves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 243/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Kellen Ferreira Nunes, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 15.1.2020, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 821/2012-PGJ, de 31.5.2012, na parte que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 251/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciene Ramos do Canto, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 27.1.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 252/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Waleska Pinto Luiz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 18 e 19.12.2019, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 253/2020-PGJ, DE 23.1.2020

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 30.11.2019 a 27.5.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 02/2020/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002498-4 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar as condições de funcionamento da rede de atenção básica de saúde do município de Ponta Porã/MS, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público prestado. (IC nº 10/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001107-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e o município de Aral Moreira - Assunto: Apurar notícia de falta de policiamento e segurança no Hospital e Maternidade Municipal Santa Luzia, no município de Aral Moreira.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2016.00000466-9 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no repasse, pelo município de Itaporã/MS, à particulares, de bens doados pelos Correios, sem observância dos ditames legais.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001982-6 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Emerson da Silva Nunes - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Pântano, de propriedade do requerido.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001113-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Vigilância Sanitária de Aral Moreira - Requerido: Supermercado Mato Grosso - Assunto: Investigar a violação aos direitos dos consumidores decorrente da inobservância das normas sanitárias pelo estabelecimento comercial Supermercado Mato Grosso localizado em Aral Moreira.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002062-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Dalva Aparecida da Rocha Pereira, Jose Adair Barcelos Luz, Sebastiana Cáceres da Luz e Valdemar Rodrigues Pereira - Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado “Fazenda Natal”.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002519-4 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Abel Fernandes Kotlewski Junior - Assunto: Apura informações acerca de poluição do ar decorrente da atividade empresarial desenvolvida pela “OFICINA LOCAMAQ”, de propriedade de Abel Fernandes Kotlewski Júnior. (IC nº 10/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00001873-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Andradina - Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora em eventos realizados pelo município de Nova Andradina na praça Geraldo Matos Lima, assim como em decorrência da aglomeração de veículos com som mecânico após o encerramento.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001829-3 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Acompanhar destinação de verba ao projeto de obra de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, município de Aral Moreira/MS. (IC nº 76/2012/PP, migrado para o SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001454-5** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a falta de materiais básicos de saúde para realização de curativos no posto de Saúde CIS - Santa Isabel. **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003036-4** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar notícia de irregularidades em Unidade Básica de Saúde da Família, Dr. Nery Alves Azambuja, município de Ponta Porã/MS. (IC nº 75/2012, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000597-9 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000476-9 (Sigiloso)** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina.
- 5) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001167-0 (Sigiloso)** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.
- 6) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002110-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário do Estado de MS - Requerido: Celio Rubem Suzano de Freitas - Assunto: Apurar prática de ato de improbidade administrativa praticado por servidor do poder judiciário em Ponta Porã.

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002627-1** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João/MS - Assunto: Apurar condições de funcionamento da rede de atenção básica de saúde do Município de Antônio João/MS, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público prestado. (IC nº 57/2013/PJDCPP, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Rodrigo Fabian Fernandes de Campos, OAB/MS nº 12.640.**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002491-8** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na obra para recuperação de trecho da Rodovia MS-475, km 16,5, via de acesso do Município de Novo Horizonte do Sul à Rodovia MS-141.
- 3) **Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001515-2** - [GAEP] Grupo de Atuação Especial da Execução Penal - Requerente: 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar os fatos narrados no Ofício nº 0020/2018/22PJ/CGR.

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

- 1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001427-8** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar o descumprimento injustificável pelo Município de Ponta Porã em dar efetividade à execução do Programa dos Centros de Testagens e Aconselhamento (CTA), que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001970-4** - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã/MS - Assunto: Apurar a falta de estrutura e irregularidades existentes no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Ponta Porã/MS. (IC nº 24/2013/PJDMAPP, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**
- 3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002076-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Diuqueblea Inês da Silva Ismail - Assunto: Apurar faltas injustificadas da requerida, bem como eventual acumulação indevida de função pública e mandato eletivo.
- 4) **Inquérito Civil nº 06.2016.00001399-0** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar as condições de trafegabilidade da estrada vicinal localizada no portão amarelo, comunidade do Casarão, Rodovia MS-164, km 81,5, a

qual dá acesso à sede do Assentamento Itamarati II, neste Município.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001048-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Luiza Keiko Okamoto Kato - Assunto: apurar regularidade jurídico ambiental da propriedade rural denominada fazenda Bom Futuro, neste Município.

6) Inquérito Civil nº 06.2017.00002098-4 (Sigiloso) - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Campo Grande.

7) Inquérito Civil nº 06.2015.00000245-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas - Requerida: Lucia Regina da Cruz Butkevicius - Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na violação ao artigo 42 de Lei Complementar nº 101/2000 no exercício financeiro do ano de 2012 conforme apurado no Processo TC/MS 5233/2013 oriundo do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00003144-1 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Antônio João - Assunto: Acompanhar a destinação de verba ao projeto de obra de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, município de Antônio João/MS. (IC nº 77/2012, migrado para o SAJMP).

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001639-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Costa Rica MS - Requerida: Bravo Logística Ltda. - Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental de Costa Rica referente a autuação em desfavor da Empresa BRAVO Logística Ltda. **Advogado: Lorival Marcolino Claro, OAB/MS nº 14.652-A.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001052-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Luiza Keiko Okamoto Kato - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda São Paulo, município de Aral Moreira/MS.

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000539-8 - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Dalva Ataia Alves Maria, Joao Alves Maria Neto e o Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Investigar a ausência de sistema eficiente de drenagem pluvial da rua Seferino Dávila Monteiro, bairro Júlia Cardinal, gerando por consequência alagamentos em residências daquela região. **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002362-0 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar as condições de funcionamento, adequação e eficiência do Serviço de Assistência Especializada - SAE, prestado pelo município de Ponta Porã aos usuários do Sistema Único de Saúde. (IC nº 37/2014, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002677-1 - 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ponta Porã - Assunto: Apurar a estruturação material e humana, bem como a adequação e eficiência na execução dos serviços socioassistenciais de proteção básica e especial prestados, respectivamente, pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). (IC nº 28/2014/1ªPJPP, migrado para o SAJMP). **Advogado e Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558.**

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001414-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Flavio Esgaib Kayatt e Paulo Vieira da Silva - Assunto: Investigar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização indevida e para uso pessoal do veículo automotor GM/Montana, placas JOX 7679, perdido à União em razão de sentença judicial proferida nos autos nº 2008.60.001446-4 da 2ª Vara Federal de Dourados, por agentes públicos. (IC nº 37/2014, migrado para o SAJMP). **Advogados: Ricardo Soares Sanches Dias, OAB/MS nº 11.558 e Avner Ferreira Soto, OAB/MS nº 17.836 (GONCALVES DIAS & FERREIA Advogados).**

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00001558-1 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Vicentina - Assunto: Apurar eventual irregularidade na eleição da Diretoria Executiva do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vicentina (VicentinaPrev).

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00000440-0 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí -

Requerentes: Ministério Público Estadual e a Polícia Militar Ambiental de Naviraí - Requerido: Proprietário da fazenda Santo Antônio de Pádua, Mauri Antonio Mazurek - Assunto: Apurar supostos danos ambientais provocados na fazenda Santo Antônio de Pádua, objetos de autuações pela Polícia Militar Ambiental. **Advogado: Wilson Carlos Marques, OAB/MS nº 10.912 (MARQUES & MARQUES ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S)**

7) Inquérito Civil nº 06.2018.00002800-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Investigar a observância da legislação urbanística e ambiental pelo empreendimento denominado “2Boss Barber Club”.

8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002059-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Jose Adair Barcelos da Luz, Dalva Aparecida da Rocha Pereira, Sebastiana Cáceres da Luz e Valdemar Rodrigues Pereira - Assunto: Apurar ocorrência de desmatamento ilegal no imóvel rural denominado “Fazenda Dona Zefa”.

9) Inquérito Civil nº 06.2018.00000537-6 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Aral Moreira - Assunto: Apurar a legalidade do termo aditivo realizado no Pregão nº 009/2017 pelo Município de Aral Moreira que aumentou a linha 10 do transporte escolar (Fazenda Santa Genoveva) em 68 Km diários, havendo indícios de que referida linha situa-se em território paraguaio. **Advogada: Ana Gabriela Benites, OAB/MS nº 21.323 (EDUARDO CAMPOS Advogados Associados).**

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000733-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002060-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Dalva Aparecida da Rocha Pereira, Jose Adair Barcelos Luz, Sebastiana Cáceres da Luz e Valdemar Rodrigues Pereira - Assunto: Apurar a ocorrência de desmatamento ilegal na “Fazenda Água Boa”.

Campo Grande, 23 de janeiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 03/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte Notícia de Fato:

1 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

Notícia de Fato nº 01.2019.00005760-2 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Campo Grande, 23 de janeiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que a Licitação Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3980/2018) teve sua fase externa anulada, com fundamento no artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.

Campo Grande, 23 de janeiro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2019

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que na licitação Concorrência nº 3/CPL/PGJ/2019 (Processo nº PGJ/10/3980/2018) foi declarado prejudicado o recurso interposto pela licitante Aceco TI S.A.

Campo Grande, 23 de janeiro de 2020.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000018 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0382/2020**

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.230,00 (quatro mil duzentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000018 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000019 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0382/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000019 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000020 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0382/2020

Credor: SUPERAR EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000020 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000021 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0385/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.745,00 (um mil setecentos e quarenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000021 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000022 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0385/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 395,00 (trezentos e noventa e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000022 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000023 DE 21.01.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0385/2020

Credor: STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000023 de 21.01.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 002/2020/76PJ/CGR**

A 76.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2020.00000055-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: FUNSAU e SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE.

Assunto: Acompanhar o saneamento das irregularidades sanitárias apontadas pela Vigilância Sanitária Estadual no Relatório nº 251/2019, bem como as providências adotadas pelo Hospital Regional de Mato Grosso do Sul para impedir o ingresso de pombos em áreas internas do hospital.

Campo Grande, MS, 22 de janeiro de 2020.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0001/2020/01PJ/CLA**

A 1.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000915-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000915-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no contrato nº 167/2017 firmado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos – AGESUL e a empresa Santa Cruz Construções e Terraplanagem-LTD, que tem por objeto a implantação de rodovia com revestimento primário e drenagem, trecho da MS 306 do Município de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 22 de janeiro de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0002/2020/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000955-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000955-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerida: Andréia Cristina Negrão Guimarães e Jair Boni Cogo

Assunto: Apurar a ilegalidade na lotação da servidora pública municipal Andréia Cristina Negrão Guimarães.

Cassilândia-MS, 22 de janeiro de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2020/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000616-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2019.00000616-8

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Cassilândia

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação da empresa Lopes Transportes e Serviços LTDA-ME pela Prefeitura Municipal.

Cassilândia-MS, 22 de janeiro de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

MIRANDA

EDITAL Nº 001/2020

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00000255-7, firmado em prol do meio ambiente, na data de 16.01.2020, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Fazenda Cinco de Junho Ltda – ME (CNPJ 24.638.181/0001-44), representada pela sócia Ana Laura Nunes da Cunha Ribeiro, CPF n.662.663.941-20, residente na Rua José Oliva, n.660, Bairro Monte Castelo, em Campo Grande – MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a encaminhar comprovante de que o imóvel rural está inscrito no CAR-Cadastro Ambiental Rural; apresentar um projeto de replantio, assinado por responsável técnico, que deverá abranger 900 mudas de árvores aroeira

e pagamento da indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Miranda.

A íntegra do Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> ou mediante solicitação escrita na sede da Promotoria de Justiça.

Miranda/MS, 21 de janeiro de 2020.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA
Promotora de Justiça em subst. legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

SONORA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº MP 09.2019.00002405-5**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio do Promotor de Justiça que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições de defesa dos direitos fundamentais, com fundamento nos arts. 127, caput, e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; da Constituição Estadual; da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como nos arts. 27, IV, c/c 80 da Lei n. 8.625/93 e art. 6º, XX, da LC 75/93, RESOLVE:

CONSIDERANDO a situação de extrema vulnerabilidade social das pessoas em situação de rua, juridicamente caracterizadas – conforme o parágrafo único do art. 1º do Decreto n. 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para as Pessoas em Situação de Rua – como: indivíduo pertencente a grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, utilizando os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CRFB), que situa a pessoa como centro das preocupações estatais, bem como a meta de erradicação da pobreza e da marginalização imposta à República brasileira pela CRFB (art. 3º, III);

CONSIDERANDO a situação de extrema vulnerabilidade na qual as pessoas em situação de rua se encontram, em decorrência de discriminação e do não acesso a diversos direitos fundamentais;

CONSIDERANDO a noção de mínimo existencial que abrange a satisfação dos valores mínimos fundamentais descritos no art. 6º da CRFB como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, lazer, como decorrência

indispensável para a efetivação da vida humana com dignidade;

CONSIDERANDO não caber ao administrador público a preterição da efetivação do mínimo existencial, em especial, no que tange aos direitos das pessoas em situação de rua, a efetivação da assistência social, a ser prestada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade (art. 1º da LOAS), a quem dela necessitar, independentemente de contribuição (art. 203, caput, da CRFB);

CONSIDERANDO que as pessoas em situação de rua, dada sua situação de vulnerabilidade, são titulares do direito à assistência social (art. 23, II, da LOAS), sendo, inclusive, destinatárias dos seguintes serviços de abrangência municipal/regional previstos na Resolução CNAS n. 109/2009: (a) Serviço Especializado em Abordagem Social; (b) Serviço de Acolhimento Institucional para População de Rua; (c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro-POP; (d) Serviço de Acolhimento em República; (e) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 15 da LOAS (Lei n. 8.742/1993), é de competência dos municípios a execução direta dos serviços socioassistenciais;

CONSIDERANDO que o art. 17, V, da Resolução CNAS n. 33/2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e fixa a responsabilidade dos municípios na prestação dos serviços socioassistenciais consistentes em atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população, nesta estando expressamente incluídas as pessoas em situação de rua (art. 23, §2º, II, LOAS);

CONSIDERANDO a inexistência do Serviço Especializado em Abordagem Social; (b) Serviço de Acolhimento Institucional para População de Rua; (c) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro-POP; (d) Serviço de Acolhimento em República; (e) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); no município de Sonora/MS;

CONSIDERANDO que a omissão do município em prestar os serviços acima relacionados configura frontal ofensa à Constituição, às leis e às normas infralegais que visam à garantia de direitos das pessoas em situação de rua, uma vez que tais serviços se destinam à proteção da pessoa e à promoção de sua dignidade, por vezes mitigada pela miséria e pela discriminação;

CONSIDERANDO que o direito à assistência social de titularidade das pessoas em situação de rua é direito transindividual de natureza difusa caracterizada por titulares indetermináveis em razão da impossibilidade de estabelecer-lhes ante as pessoas utilizadoras dos serviços assistenciais; de objeto indivisível, uma vez ser impossível determinar a porção de direito de cada um das pessoas atingíveis, e unidas por situação de fato consubstanciada pela condição de utilizar os logradouros públicos como moradia habitual;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129 da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, bem como a proteção dos direitos difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 31 da Lei Orgânica da Assistência Social, incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, notadamente, as pessoas em situação de rua;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público expedir Recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (com previsão normativa, dentre outros, no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93, e inc. XX do art. 6º da Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, combinado com o art. 80 da Lei Federal n. 8.626/93);

CONSIDERANDO, por fim, que a Recomendação é um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o ordenamento jurídico sem que haja a necessidade da judicialização de eventuais conflitos, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização nas esferas competentes;

RECOMENDA-SE ao Gestor Público Municipal e à Gerência Municipal de Assistência Social de Sonora que:

1. Efetive a instalação do serviço socioassistencial de prestação contínua destinados às pessoas em situação de rua, consistentes em: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), com toda a estrutura física, material e de recursos humanos, conforme parâmetros estabelecidos na legislação pertinente, conforme prazo e descrições contidas neste instrumento;

2. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) deve ser estruturado de forma a viabilizar a eficiente prestação dos serviços socioassistenciais de atendimento às pessoas em situação de rua, conferindo conforto e privacidade aos atendimentos prestados pelo referido equipamento social, de acordo com as indicações contidas abaixo:

2.1. O PAEFI será prestado obrigatoriamente no CREAS e consistirá a oferta de atenções e orientações a famílias constituídas por pessoas em situação de ameaça e violação de direitos, tendo como finalidade a promoção de direitos e a preservação de vínculos familiares, comunitários e sociais para fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social;

2.2. O serviço funcionará por um período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, por 8 (oito) horas diárias, com possibilidade de operar em feriados e fins de semana;

2.3. O CREAS é unidade pública e estatal de abrangência municipal ou regional cuja implantação deverá observar as seguintes determinações técnicas estabelecidas no caderno do Ministério do Desenvolvimento Social: “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS”;

2.4. As formas de acesso, a oferta de serviços, o endereço e o horário de funcionamento da Unidade deverão ser amplamente divulgados para a população local interessada;

2.5. O ambiente físico do CREAS deve ser acolhedor e assegurar espaços para a realização de atendimento familiar, individual e em grupo, em condições de sigilo e privacidade, devendo ser implantado em edificação que disponha dos espaços essenciais para o desenvolvimento das suas atividades, não devendo, portanto, ser implantado em local improvisado. Devem ser assegurados espaços para atendimento em condições de privacidade e sigilo, com adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza;

2.6. Serão garantidos espaços adequados para acessibilidade às pessoas com deficiência, idosos, gestantes e crianças, entre outros, bem como espaços reservados e de acesso restrito à equipe para guarda de prontuários. Em caso de registros eletrônicos, devem igualmente ser adotadas medidas para assegurar o acesso restrito a prontuários, dados e informações;

2.7. São espaços essenciais do CREAS: a) espaço destinado à recepção dos atendidos; b) sala para atendimento (individual, familiar e em grupo), em quantitativo condizente com os serviços ofertados e com a capacidade de atendimento da unidade; c) no mínimo 2 (dois) banheiros coletivos, com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida como, por exemplo, pessoas com deficiência e idosos; d) copa e/ou cozinha; e) espaço adequado para a realização de atividades coletivas e comunitárias; f) sala específica para uso da administração, equipe técnica ou administração;

2.8. São equipamentos e recursos materiais essenciais ao CREAS: a) mobiliário, computadores, telefone(s); b) acesso à internet; c) material de expediente e material para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas (pedagógicos, culturais, esportivos etc.); d) veículo para utilização da equipe; e) arquivos, armários ou outros, para guarda de prontuários físicos, em condições de segurança e sigilo; f) impressora; g) bancos de dados necessários ao desenvolvimento das atividades dos serviços;

2.9. A composição da equipe de referência prestadora do PAEFI respeitará as seguintes especificações, considerando-se as diretrizes estipuladas para municípios de pequeno porte: 1 (um) coordenador de nível superior, preferencialmente da área social (assistente social, psicólogo, pedagogo, sociólogo); 1 (um) assistente social; 1 (um) psicólogo; 1 (um) advogado; 2 (dois) profissionais de nível superior ou médio, que realizarão a abordagem dos usuários; 1 (um) auxiliar administrativo;

Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para resposta de acatamento a esta Recomendação, devendo, na oportunidade, apresentar plano de trabalho para execução das obras eventualmente necessárias, no caso de não atendimento, para a apresentação de justificativas fundamentadas, que serão requisitadas na forma da lei, devendo as informações pertinentes ser encaminhadas à esta Promotoria de Justiça. Ademais, nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal n. 8.625/93, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, requisita, no prazo de 10 (dez) dias, a divulgação desta Recomendação nos meios de publicação destinados à divulgação dos atos oficiais do município de Sonora/MS, bem como, sem prejuízo da publicação que será providenciada pelo próprio Ministério Público Estadual.

Sonora, 19 de dezembro de 2019.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça